

Pesquisa integrada do património cultural da Justiça

Rafael António^a, Vitor M. Salgueiro^b

^a*Consultor do Gabinete da Secretária de Estado da Justiça, Portugal,
rafael.antonio@sapo.pt.*

^b*Diretor dos Serviços de Apoio Especializado, Recursos Documentais e Relações
Públicas, Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, Portugal,
vitor.m.salgueiro@sg.mj.pt*

Resumo

A Justiça é detentora de um vasto, diversificado e importante património bibliográfico, arquivístico e museológico acumulado ao longo dos anos, que importa preservar, valorizar e disponibilizar ao Cidadão. Com esse propósito está em desenvolvimento, sob coordenação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, o projeto PCOJ - *Património Cultural Online da Justiça* assente na valorização do património cultural, na implementação dos princípios da administração aberta e na continuidade da informação digital, vistas de forma integrada e potenciadora de sinergias. O estabelecimento de uma estratégia integrada para a gestão de bibliotecas, arquivos e museus e a constituição de catálogos coletivos visa assegurar a uniformidade e consistência da informação disponível, valorizando o acesso ao conhecimento e a sua partilha por todas as comunidades de utilizadores, bem como a capacitação das equipas internas na manutenção das soluções e dos dados por elas geridos. A existência de normas diferentes de descrição – ISBD, ISAD(G), CCO e dos correspondentes processos de gestão das coleções trazem desafios importantes para uma pesquisa integrada de todos os objetos culturais, tornando difícil encontrar uma solução única que responda às especificidades do arquivo, biblioteca e museu. Por este motivo desenvolveu-se uma proposta complementar que garante o acesso ao património cultural, de forma integrada e simples, suportado num modelo que utiliza a gestão de autoridades como charneira do acesso à informação.

Palavras-chave: Gestão de bibliotecas, Gestão de Arquivos, Gestão de museus, Pesquisa integrada, Administração Pública, Justiça

Introdução

A Justiça é atualmente detentora de um vasto e importante património bibliográfico, arquivístico e museológico, que importa conservar, valorizar e disponibilizar de forma acessível aos cidadãos, aproximando-os mais da sua história, princípios e práticas.

Em geral, a informação relativa a esse património é pouco estruturada e encontra-se dispersa geograficamente por todo o território nacional não estando facilmente disponível aos utilizadores que dela necessitam. Apesar de existirem orientações transversais, não existem modelos de gestão integrada do património nem as necessárias ferramentas para o operacionalizar.

De forma a responder a esta realidade foram inscritas no Plano Justiça + Próxima quatro medidas na área da preservação e divulgação do património cultural da Justiça nas vertentes bibliográficas, arquivística e museológica. Através da constituição de catálogos coletivos consegue-se implementar uma estratégia comum para a gestão das bibliotecas, arquivos e do património assegurando a uniformidade e consistência da informação disponível. Valorizando o acesso ao conhecimento e a sua partilha por todos os operadores da Justiça e do cidadão, em geral, potencializa-se a importância do acervo disponível nas várias unidades de memória.

As instituições de memória são hoje um recurso essencial para a sociedade contemporânea, conforme referiu Umberto Eco numa palestra¹ intitulada “Contra a perda de memória”, cujo foco era sublinhar a importância de manter as memórias históricas, facilmente esquecidas para sempre. “*O problema é que*

¹ Conferência nas Nações Unidas em 21 outubro 2013.

nenhuma cultura (no sentido antropológico do mundo, como um sistema de ideias científicas e artísticas, mitos, religiões, valores e costumes quotidianos) pode subsistir e sobreviver sem uma memória coletiva. As sociedades sempre confiaram na memória para preservar sua própria identidade, começando pelo velho que, sentado debaixo de uma árvore, contava histórias sobre as façanhas de seus ancestrais e o mito fundador da tribo. E quando algum ato de censura elimina uma parte da memória de uma sociedade, essa sociedade passa por uma crise de identidade”.

Num outro contexto João Lobo Antunes² afirma “*Tive ocasião de... perceber como a doença trata a memória das pessoas. As pessoas sem memória são navegadores sem bússola. É das maldições piores que existem.*” Se a perda de memória por razões funcionais é ainda um flagelo não podemos pactuar com tal maldição quando estamos perante instituições de memória que nos permitem recuperar o conhecimento acumulado da sociedade.

O projeto PCOJ - Património Cultural Online da Justiça, assente na valorização do património cultural vem precisamente garantir que não se perca esta bússola que nos orienta para preservar a sua própria identidade.

Implementando processos de gestão modernos e consentâneos com as boas práticas garante-se a plena fruição de todas as fontes documentais existentes nas bibliotecas e arquivos bem como o valioso património. No entanto a sua pesquisa e acesso podem estar comprometidos por se tratarem de disciplinas diferentes com características individuais que condicionam a visão de conjunto. Ao investigador interessa saber quais as obras de um determinado autor, tenham estas sido publicadas, façam parte de um arquivo ou tenham sido objetos produzidos ou utilizados por este. É neste contexto que a gestão de ficheiros de autoridade ganha um outro valor pelas possibilidades que aporta de uma procura por termos controlados garantidos de uniformidade e consistência.

O modelo de pesquisa integrada do património cultural que aqui se descreve pretende aproveitar as potencialidades dos ficheiros de autoridade, combinado com as formas de pesquisa usuais, por expressões booleanas, que combinam palavras e campos das descrições.

A informação cultural

As bibliotecas, arquivos e museus constituem o suporte da informação cultural sendo há muito pretendida a possibilidade de um acesso integrado a todo este acervo, abrindo aos cidadãos o conhecimento dos conteúdos qualquer que seja a sua origem ou tipologia. Interessa, por exemplo, saber qual a criação intelectual expressa por um autor / produtor através de diferentes manifestações - livro, arquivo pessoal ou objetos que estão espalhados por diferentes repositórios ou construir narrativas acerca de um local ou assunto.

Várias são as propostas e estudos académicos neste sentido, não se tendo conseguido até hoje um consenso que leve à implementação prática de tal desiderato. Na verdade, tratam-se de formas diferenciadas de descrição dos objetos, suportadas em normas internacionais há muito estabilizadas e com procedimentos de gestão específicos de cada atividade. Isto tem levado a que no mercado apenas existam aplicações orientadas para cada área específica – arquivo, biblioteca e museu, não se conhecendo quem congregue todas estas preocupações numa solução única. Talvez por isso o mais razoável seja respeitar as diferenças, encontrando naquilo que pode ser comum a forma de endereçar o problema.

O Projeto PCOJ escolheu programas de código aberto com funcionalidades adequadas a estas diferenças através do ATOM, KOHA e CollectiveAcces mas não existe uma solução própria para a pesquisa integrada.

A descrição arquivística pela necessidade de se facilitar uma descrição documental integrada e interligada, é conseguida através do ATOM

A sua disposição funcional foi concebida em consonância com os objetivos e os elementos descritivos das normas do Conselho Internacional de Arquivo:

- Descrição Arquivística – ISAD (G) – Norma Internacional para Descrição Arquivística;
- Registo de Autoridade – ISAAR (CPF) – Norma Internacional para os Registos de Autoridade

² Lobo Antunes, João. O medo de perder a memória. Diário de Notícias, 2001.

- relativos a Instituições, Pessoas Singulares e Famílias;
- Descrição da Instituição – ISDIAH – Norma Internacional para descrição de instituições com acervo Arquivístico;
 - Funções – ISDF – Norma Internacional para a Descrição de Funções.

A descrição de arquivo promove dois dos conceitos basilares da disciplina arquivística: o princípio da proveniência, assente no respeito pela autonomia de cada fundo e na renúncia em incorporar documentos de fundos distintos, e o princípio do respeito pela ordem original do fundo, assente na percepção de que os documentos devem manter a organização estabelecida pela entidade produtora.

O registo de autoridade consiste na apresentação dos produtores (pessoas coletivas, pessoas singulares ou famílias) e os assuntos associados à criação dos documentos ou à gestão de um arquivo. O objetivo primordial do registo de autoridade é o de possibilitar a normalização e o controlo descritivo dos produtores, bem como esclarecer as várias relações existentes entre os autores e os documentos por eles produzidos.

Os registos de autoridade e a descrição das instituições e/ou das funções podem ser utilizados como pontos de acesso para a descrição arquivística ao que se juntam outros pontos de acesso associadas com algumas taxonomias existentes, que representam conjuntos de termos controlados que possibilitam a validação de dados definidos segundo tabelas normalizadas pré-estabelecidas.

No que respeita ao programa KOHA para bibliotecas estão garantidas as características funcionais próprias de um sistema de gestão integrada de biblioteca que respeita as normas principais (UNIMARC, Z29.50, ISO2709, MARCXML, OAI-PMH) e permite as boas práticas dos processos de gestão que lhe são inerentes: Aquisições, Assinaturas, Catalogação, Pesquisa e Empréstimos.

O inventário dos bens culturais exige uma adequação à realidade dos serviços e organismos da Justiça e das múltiplas características dos seus acervos não se limitando a uma descrição simplificada das características de cada objeto. O ciclo de vida dos bens patrimoniais envolve diversas ações, desde a sua entrada no organismo até ao seu empréstimo ou abate, onde às operações de preservação, conservação e restauro se juntam todos os eventos que enriquecem o seu historial.

A escolha do programa de código aberto CollectiveAccess (CA) permite esta multiplicidade de visões onde, para além descrição de objetos museológicos, se incluem todas as atividades de gestão envolvidas.

Um catálogo de bens culturais é um sistema em permanente evolução que nunca se pode considerar terminado pois se tratam de coleções com vida e atividades próprias. O CA permite implementar vários perfis para descrição em museus, como sejam os princípios expressos pelo CCO e o SPECTRUM, da Collections Trust, uma organização que ajuda os museus a capturar e partilhar as informações que dão significado aos seus objetos. As suas recomendações são respeitadas internacionalmente, com vista a tornar acessíveis as coleções dos museus.

Daqui decorre um modelo de informação com os metadados adequados para modelar os vários processos e estabelecer o fluxo das tarefas que em grande parte já estão consideradas na arquitetura do CA, que tem disponível um perfil de configuração conforme estes princípios.

Integrar o que é diferente

Da análise dos textos sobre a matéria verifica-se um esforço muito significativo ao longo dos últimos anos em encontrar metadados comuns às diferentes disciplinas, combinando os metadados definidos pelas normas de descrição de modo a conseguir uma língua franca nesta Torre de Babel.

Uma Torre de Babel mais geral que leva mesmo Malheiro³ a problematizar esta questão relacionada com a ciência da informação ao referir “*de um ponto de vista epistemológico que a Ciência da Informação trans e interdisciplinar que se desenvolve na Universidade do Porto resulta de uma dinâmica de integração do legado técnico e prático das disciplinas Arquivística, Bibliotecologia (Biblioteconomia/Documentação)*”

³ Malheiro, Armando. Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*, 2015, N. 1, jan-jun, pp. 103-124

e Museologia, legado esse essencial para o estudo sistemático, problematizador e científico do objecto informação. E em particular o Sistema de Informação que supera o reducionismo anacrónico de conceitos como fundo e colecção. Mais se enfatiza que a tríade informação – documento – comunicação constitui o território pleno de investigação e acção não apenas da CI enquanto disciplina específica, mas da CI no quadro interdisciplinar das Ciências da Comunicação e Informação que se está a tentar desenvolver a partir da Universidade do Porto.”

Esta abordagem do objeto informação com relevo para os pilares informação, documento e comunicação, que são destacados, merece opiniões muito diversas quando estamos perante uma visão do académico, do profissional ou do informático que implementa as aplicações reais.

Na comunicação ao Congresso BAD em 2012 sob o título “A harmonização normativa em Instituições de Memória: os desafios e dificuldades na interoperabilidade”⁴, Cristina Cortez defendia que “*As Instituições de Memória têm como objetivos principais a preservação e a disponibilização das suas coleções a um público mais alargado do que aquele que as visita. Estas preocupações traduziram-se em inúmeros projetos associados à digitalização dos seus acervos. A par desta realidade, a Web 2.0 trouxe, por sua vez, uma filosofia de uso muito ligada à participação e cooperação, dinamizando a expressão da inteligência coletiva e a democratização no acesso, produção e partilha de informação, tendo a Internet como plataforma. Neste contexto, a informação disponibilizada pelas instituições de memória, em suporte eletrónico, cresceu e tem aumentado de forma extraordinária e progressiva, na Internet. Contudo, a organização, bem como a representação da informação eletrónica continuaram a ser realizadas de forma similar às adotadas em relação à informação disponível em suportes ditos tradicionais. Neste cenário, tornou-se questionável a necessidade da coexistência de diferentes normas para efetuar a organização e a representação de informação, além de que as mesmas diferem entre instituições de memória. No fundo, poder-se-á pôr em causa a necessidade desta multiplicidade de normas num cenário onde diferentes sistemas de informação partilham os mesmos objetivos na altura da recuperação da informação. Neste sentido, um utilizador, quando efetua uma pesquisa, «in the digital realm, it is no longer relevant whether the original materials are in a library or a museum or an archive» (Kirchhoff, Schweibenz e Sieglerschmidt, 2008, p. 252)»”.*

O estudo referido realizou uma reflexão e investigação sobre as normas comumente adotadas para a representação da informação nas instituições de memória, particularmente ao nível da informação eletrónica, nascida e/ou convertida para uma existência em formato digital. Temos assim vastas fontes de referência que refletem as dificuldades sentidas em construir um modelo real que ultrapasse e compatibilize normas diferentes. Será isto possível?

Do nosso ponto de vista a uniformização terá de passar pelo que é comum e visível ao utilizador - os índices de pesquisa de autores e assuntos através da uniformização e partilha de ficheiros de autoridade. A grande diferença no tratamento da informação cultural, face à proliferação de formas de pesquisa tipo Google, tem a ver com a consistência e uniformidade que só é possível com uma descrição baseada em critérios e formas comuns de análise fundamentadas nas disciplinas da ciência da informação. Talvez que dentro de pouco tempo a inteligência artificial nos traga outras alternativas, mas de momento é ainda o ser humano que tem conseguido construir pacientemente os catálogos de arquivos, bibliotecas e museus que permitem mostrar o que de melhor tem produzido a inteligência humana.

Apesar de, como diz Cristina Cortez⁵, “*a organização, bem como a representação da informação eletrónica continuaram a ser realizadas de forma similar às adotadas em relação à informação disponível em suportes ditos tradicionais*”, é talvez possível recorrer a estas formas adotadas para suportes ditos tradicionais e conseguir aproveitar as mesmas no novo ambiente digital.

É com base nesta premissa que se desenvolveu uma arquitetura que permite responder à pesquisa integrada da informação do património cultural da Justiça.

⁴Corresponde a partes do trabalho desenvolvido para tese de doutoramento da autora, com o título “O desafio da homogeneização normativa em instituições de memória: proposta de um modelo uniformizador e colaborativo”, no âmbito do Programa Doutoral Informação e Comunicação em Plataformas Digitais”, sob as tutorias do Prof. Doutor Rui Raposo e da Prof. ^a Doutora Fernanda Ribeiro

⁵ Ibidem

Conforme se representa na figura, um sistema de informação do conjunto do património cultural, como o caso da Justiça, implica utilizar a diversidade de aplicações especializadas e diferentes, mas cujo conteúdo terá de ser acedido de forma idêntica e integrada.

Esta estrutura terá de ser apoiada por uma interface de pesquisa integrada, suportada num repositório comum para a gestão de todas as autoridades, que ofereça simultaneamente tanto o acesso pelas formas usuais de pesquisa dos metadados das descrições (palavras, título, assunto, autor, coleção, etc.) como por uma forma controlada de termos de autoridade, onde se garante a uniformidade que resulta do uso das relações VER e VER TAMBÉM e os detalhes próprios a cada autoridade que permitem conhecer de quem se trata, conforme representado esquematicamente na figura.



Modelo conceptual

A nossa abordagem baseia-se em quatro conceitos fundamentais:

- ❖ Gestão uniforme das entradas de autoridade;
- ❖ Sincronização dos ficheiros de autoridade;
- ❖ Repositório comum de descrições;
- ❖ Acesso centralizado à informação.

através dos quais se poderão disponibilizar mecanismos da pesquisa comuns a todas as descrições do património cultural, qualquer que seja o tipo de informação – arquivo, biblioteca ou património.

Para efeitos de uma melhor compreensão do modelo proposto apresenta-se a terminologia que iremos utilizar:

Descrição – conjunto de metadados detalhados baseados em normas específicas, destinados a descrever uma obra que tanto se pode manifestar através de um documento um objeto ou qualquer outra realidade e suporte;

Entrada autorizada – conjunto unívoco de palavras que representam uma entidade;

Instância local – qualquer aplicação autónoma de gestão de arquivo, biblioteca ou património;

Registo de autoridade – conjunto de metadados usados para descrever as entidades, suas relações e outros detalhes, usadas numa *descrição* para representar de forma uniforme um autor ou assunto;

Repositório de autoridades – conjunto organizado de todos os *registos de autoridade* usados pelas *instâncias locais*

a) Gestão integrada das entradas de autoridade

A construção de entradas de autoridade depende, em grande parte, da intervenção humana pelo que terá de ser orientada por um modelo de governo que permita definir as boas práticas a adotar no momento da criação, nas instâncias locais, de novos registos de autoridade. Esta liberdade de atuação que decorre da natural autonomia de cada aplicação poderá ser colmatada por um repositório de autoridades, a constituir, para conseguir a pretendida coerência entre os diferentes ficheiros de autoridade o que leva a questionar como será possível garantir uma replicação fiável de entradas idênticas, originadas em diferentes ambientes.

Se numa determinada aplicação for necessário criar uma nova entrada de autoridade qual o procedimento a adotar? Verificar se esta entrada já existe nessa instância e, em caso negativo, consultar um repositório comum para confirmar se já foi criado numa outra aplicação? Será que esta forma de trabalho não vai originar inconsistências, até ao nível da construção da própria entrada?

Uma outra alternativa é a existência de um único repositório comum onde são criadas as entradas de autoridade de qualquer das aplicações abolindo os ficheiros de autoridade locais. Num ambiente heterogéneo com aplicações distintas e estruturas de dados específicas como será possível combinar estruturas de dados tão diferentes? Qual o impacto na estrutura das diferentes aplicações para conseguir uma tal funcionalidade? Num futuro como se irá resolver o problema das atualizações das componentes dos programas que foram alterados por força desta funcionalidade?

Resta ainda a questão principal de como importar entradas de autoridades a partir de um repositório central estruturado de forma diferente, da que existe em cada aplicação, sem grande impacto para estas. Ao nível do KOHA existe a possibilidade de importação de registos de autoridade através do protocolo Z39.50. No caso do ATOM e CollectiveAccess esta facilidade não está disponível pelo que será necessário adotar um modelo idêntico ao usado no KOHA, para importação dos registos de autoridade por protocolo Z39.50 ou, em alternativa, recorrendo ao protocolo OAI-PMH. Isto implica intervir ao nível das folhas de recolha de cada aplicação, alterando os formulários, para que em futuras atualizações seja simples adaptar os programas.

Doutra forma recorrendo apenas a processos manuais este procedimento será muito condicionado por tarefas monótonas e com alta probabilidade de erro, por usar as ferramentas de copiar e colar entre janelas diferentes de um navegador web, nada adequado aos modernos mecanismos de entrada de dados.

A nossa proposta é sustentada num repositório de autoridades que viabilize o estabelecimento de um modelo de governo, com responsáveis pela gestão de autoridades em cada instância local, coordenado por um comité de gestão do repositório de autoridades. Compete a este grupo manter a uniformidade e consistência das entradas de autoridade, suportado em processos de sincronização dos ficheiros de autoridade e na disponibilidade de informação de controlo e gestão dos ficheiros.

Ao nível das instâncias locais, deverá estar disponível:

- Mecanismo automático de importação de entradas de autoridade já criadas e disponíveis no repositório de autoridades para ser usado no processo de criação / edição das descrições;
- Mensagens de sincronização enviadas para o repositório de autoridades, geradas em cada instância local sempre que seja criado, modificado ou eliminado um registo de autoridade;
- Avisos enviados pelo repositório de autoridades sobre registos de autoridade criados por cada instância que possam ser semelhantes e corresponder a uma mesma entidade;
- Lista de registos de autoridade não utilizados pelas descrições de cada instância;
- Lista de registos de autoridade com indicação do total de descrições em que são utilizados;
- Rotina de verificação da consistência entre registos de autoridade de cada instância local e o repositório de autoridades;

Ao nível do repositório de autoridades, para além das ferramentas atrás indicadas, deverão ainda ser considerados:

- Mecanismo de gestão das mensagens enviadas pelas instâncias locais para atualização do repositório de autoridades;
- Diário de atualizações do repositório de autoridades;
- Rotina de sincronização periódica das instâncias locais e repositório de autoridades;
- Lista de registos de autoridade sem utilização pelas descrições;
- Lista de registos de autoridade com total de descrições em que são utilizados em cada instância;
- Lista de registos de autoridade que possam ser semelhantes e corresponder a uma mesma entidade.

b) Sincronização dos ficheiros de autoridade

Estando a arquitetura baseada em aplicações de código aberto, que importa manter sem modificações significativas para evitar qualquer impacto em futuras atualizações, a sincronização deverá ser realizada ao nível do esquema das bases de dados, todas funcionando numa plataforma MYSQL idêntica. Assim, no momento de criar, modificar ou eliminar um registo de autoridade numa instância local tal deve ser repercutido, em tempo real, no repositório de autoridades.

As mensagens trocadas entre as instâncias locais e o repositório de autoridades ocorrem sempre que seja criado, alterado ou apagado um registo de autoridade. Cada registo de autoridade local, no repositório, deverá ter uma identificação única do tipo XXY99999 e a data da transação na instância local, onde:

XX- código do tipo de aplicação (KO-Koha, AT-Atom, CA -ColectiveAccess);

Y - Letra correspondente a uma instância local (necessária para o caso das várias instâncias ATOM);

99999 - Numero único identificador da linha da tabela da instância local onde está registada a autoridade.

Ao receber a mensagem de uma instância local, no repositório de autoridades serão executadas as seguintes operações:

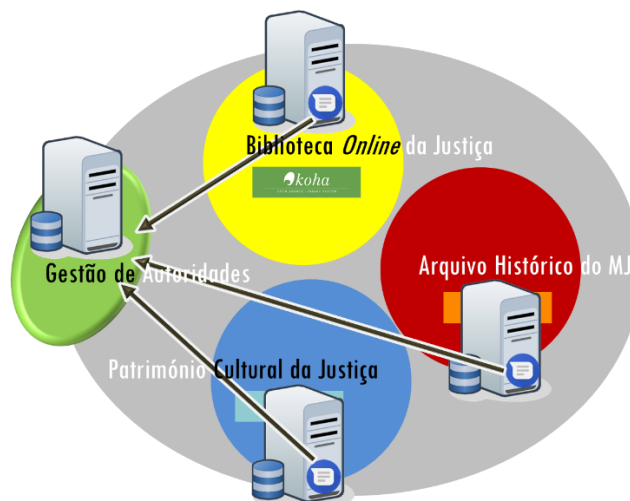
Criar - verifica se já existe essa entrada de autoridade e, caso exista, adiciona no respetivo registo de autoridade o identificador da instância local. Caso não exista cria esta nova entrada com todos os elementos necessários previstos no formato adotado.

Alterar - procura a anterior entrada de autoridade, através de uma pesquisa do identificador único, apaga esse identificador no respetivo registo e adiciona este ao registo de autoridade correspondente à nova entrada. Caso não exista essa entrada cria uma nova conforme descrito em Criar.

Apagar - procura a entrada de autoridade através da pesquisa do número único e apaga o mesmo no registo correspondente a essa entrada.

Através de rotinas adequadas para o efeito, referidas na Gestão integrada das entradas de autoridade serão feitas verificações periódicas que garantam a coerência entre os ficheiros de autoridade de cada instância e o repositório de autoridades.

Esta sincronização implicará por isso um conjunto de rotinas de controlo e gestão do repositório através de técnicas de comparação de redundâncias e sinónimas que permitam averiguar a existência de entradas diferentes que correspondem a uma mesma entidade.



c) Repositório comum de descrições

Do que foi já referido, para conseguir maior consistência e controle entre as descrições das várias instâncias locais e as entradas de autoridade, seria recomendado constituir um repositório complementar com todas as descrições, integrado com o repositório de autoridades, que permita a síntese da informação produzida e disponibilização de mecanismos de análise conjunta.

As descrições nas várias instâncias apresentam-se em formatos diferentes conforme a aplicação (UNIMARC, ISAD(G) e CCO) mas, no entanto, é sempre possível estabelecer o mapeamento de um conjunto mínimo de campos comuns, suficientes para identificar as descrições. É precisamente através desta integração que se conseguirá obter uma visão global de conjunto, sem prejuízo da necessária exaustividade e autonomia de funcionamento de cada uma das instâncias.

Ao mesmo tempo, um repositório comum de descrições irá servir como suporte da pesquisa integrada oferecendo o acesso centralizado a toda a informação existente.

A actualização deste repositório será feita periodicamente, em intervalos de menor tráfego, através de uma transferência completa de resumos das descrições existentes nas instâncias locais. Pode-se questionar a consistência e oportunidade de tal operação, pelo eventual desfasamento temporal entre as descrições das instâncias locais e este repositório, mas isso dependerá da periodicidade com que a mesma é realizada. A diferença que poderá ocorrer é, no entanto, pouco relevante face à percentagem marginal de descrições em falta relativamente ao total disponibilizado em cada momento.

d) Acesso centralizado à informação

De entre os vários modelos conhecidos de pesquisa para acesso a repositórios culturais podemos distinguir os descentralizados, onde através do mecanismo de comunicação se executa sucessivamente a pesquisa em diferentes repositórios e os centralizados que realizam a recolha das descrições de cada servidor para um repositório único que centraliza a informação. São exemplos mais conhecidos do primeiro o protocolo Z39.50, que permite a pesquisa simultânea em várias bibliotecas, e de acesso centralizado o protocolo OAI-PMH que faz uma colheita de dados em diferentes servidores para constituir um repositório central que será a imagem do conteúdo destes mesmos servidores.

A construção de uma aplicação para pesquisa integrada é complexa, quando pretendemos garantir a disponibilidade de um conjunto de funcionalidades avançadas representadas na figura, como sejam:

- busca combinada por termos booleanos dos metadados das descrições e por ficheiros de autoridades;
- refinamento do resultado de uma pesquisa através de elementos contextuais como a instância, autor, coleção, etc.;

- apresentação das referências e documentos associados num formato flexível e ajustado à respetiva tipologia, com indicação da origem (arquivo, biblioteca, património), metadados comuns e imagem miniatura.

No que respeita à apresentação dos resultados, para que esteja conforme os metadados disponíveis, é necessário o mapeamento das representações específicas de cada uma das aplicações, de modo a uniformizar a informação. Esta, depende do tipo de documento (arquivo, biblioteca ou património) e deve poder ser ajustada para o conjunto de campos de cada descrição, conforme se indica.

Repositório de descrições	ATOM	KOHA	CA
Título	Título	Título	Título / Denominação
Autoria	Produtor	Menção de Responsabilidade	Produtor
Data	Data	Publicação	Origem
Dimensão e suporte	Dimensão e suporte	Dimensão	Dimensão
Notas	Nota geral	Nota geral	Nota geral
Notas	Âmbito e conteúdo	Sumário ou resumo	Descrição
Coleção	Nível de descrição	Tipo bibliográfico	Coleção / Subcoleção
Tipo de documento	Tipo de documento: Arquivo	Tipo de documento: Biblioteca	Tipo de documento: Património
Imagem miniatura	Imagem associada	Imagem associada	Imagem associada
Cota	Código de referência	Cota	Localização

Deste modo a visualização das descrições do repositório passam a apresentar, de forma uniforme e flexível, as particularidades dos catálogos das diferentes instâncias locais como se esquematiza na figura seguinte.

Início > Resultados de pesquisa com limite(s): 'mc-type:phr:RIMP'

A sua pesquisa recuperou 65 resultados: 5

1 2 3 4 Próximo >

Voltar para a última pesquisa avançada

Data de publicação/copyright: do mais antigo para o mais recente

Selecionar todos Limpar todos Selecionar títulos para: Adicionar a... Guardar

- Acabar com o teatro para começar com o teatro** : diz Norberto Barroca / entrevista de Carlos Porto [Recorte de imprensa]

Publicação: [Lisboa] : Diário de Lisboa, 1971

Descrição: 3 recortes : il.

Disponibilidade: **Exemplares disponíveis para referência**: [RIMP.01.CX1] (1)

Adicionar ao carrinho
- Rogério Paulo voltou de Cuba onde foi encenador e actor da TV** / entrevista de Urbano Tavares Rodrigues [Recorte de imprensa]

Publicação: [Lisboa] : Diário de Lisboa, 1970

Descrição: 2 recortes : il.

Disponibilidade: **Exemplares disponíveis para referência**: [RIMP.02.CX1] (1)

Adicionar ao carrinho
- A casa de Bernarda Alba** : o teatro em Portugal e os fabricantes de sopa / entrevista de Carlos Porto [Recorte de imprensa]

Publicação: [Lisboa] : Diário de Lisboa, 1972

Descrição: 2 recortes : il.

Disponibilidade: **Exemplares disponíveis para referência**: [RIMP.03.CX1] (1)

Adicionar ao carrinho

Contexto dos resultados Origem da descrição Formato de visualização ajustado Imagens miniatura

Arquitetura de implementação

Para materializar o esquema descrito foram analisadas as possíveis alternativas que mais facilmente possam responder ao modelo conceptual apresentado.

Estando seleccionadas à partida as aplicações para arquivo, biblioteca e património das instâncias locais, falará decidir qual a solução mais adequada para implementar um repositório comum de autoridades.

Da análise dos diferentes modelos de descrição de autoridades usados por estas aplicações conclui-se que o UNIMARC dispõe de formatos para descrições (bibliográfico) e autoridades pelo que é o mais completo e flexível, até pela facilidade de adicionar novas etiquetas com metadados específicos que está na génese dos formatos MARC.

O KOHA implementa o formato UNIMARC na sua totalidade e, no caso da Justiça, vão ser introduzidas melhorias relativas à pesquisa e apresentação das entradas de autoridades que conduzem à decisão de usar outra instância do KOHA para a gestão do repositório de autoridades.

Uma tal decisão facilita muito a gestão de entradas de autoridade pelas bibliotecas, por já existir um mecanismo de criação automática de registos de autoridade, através do protocolo Z39.50, sendo que na o maior número de descrições e entradas de autoridade serão os que resultam da importação dos dados do LOTUS NOTES.

Haverá, no entanto, que parametrizar esta instância do KOHA aproveitando a estrutura da base bibliográfica original para a adaptar a mesma à integração das descrições de todas as instâncias locais, através de um meta modelo que decorre da análise comparativa das diversas formas de descrição usadas em biblioteca, arquivo e património.

Seleccionada que esteja a arquitetura do repositório surgem exigências específicas quanto à sincronização das entradas de autoridades das diferentes instâncias e à atualização das descrições.

As aplicações de código aberto que iremos utilizar vão naturalmente sofrer ao longo do tempo sucessivas atualizações pelo que é necessário encontrar os mecanismos mais simples de implementar para não interferirem profundamente com as versões instaladas, isolando o possível impacto no código. Acontece que os programas usam todos uma base de dados idêntica – MYSQL pelo que os mecanismos de sincronização podem atuar ao nível do esquema de definição através da adição de “triggers” que desencadeiam as mensagens de comunicação. Esta é uma facilidade pouco utilizada quando a base de dados

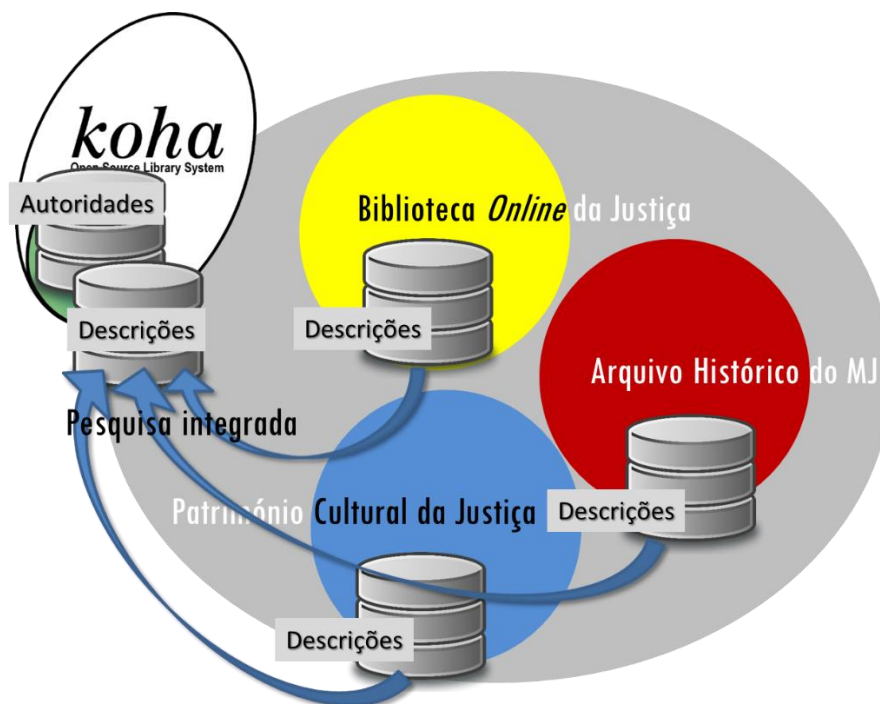
é encarada apenas como um depósito de dados, mas em certos casos, como o presente poderá ser a opção mais simples e poderosa. O termo “trigger” define uma estrutura de base de dados que funciona como uma função que é disparada mediante alguma ação como seja a criação, alteração ou exclusão de uma informação em determinada tabela.

Aproveitando esta funcionalidade e rotinas (“scripts”) próprias ao nível de cada sistema serão assim estabelecidos instrumentos de comunicação entre as instâncias locais e o repositório de autoridades no qual também deverão existir outras, semelhantes, para garantir uma ligação bidirecional.

No caso da atualização das descrições, por já existir um formato comum às instâncias KOHA, trata-se apenas de estabelecer mapas de conversão das estruturas de dados locais de arquivo e património, para um formato MARCXML que possa ser diretamente importado pelo KOHA, no repositório de autoridades. Este é um formato nativo pelo que desta forma se torna universal transparente a troca de dados entre todas as instâncias.

De salientar que após a atualização das descrições das várias instâncias locais é necessário executar simultaneamente a ligação entre estas e os registos de autoridade, para garantir uma navegação através de pontos de acesso autores e assuntos, em complemento da pesquisa normal de termos e palavras de campos das descrições.

A adequação do modelo de visualização é outro aspeto a considerar, ajustando para o efeito o ficheiro XSLT de formatação para que a seleção de um título de qualquer descrição dê origem a uma hiperligação para a descrição na aplicação original, através de um novo separador do navegador, que forneça a informação mais completa e com outros detalhes relacionados.



Conclusões

O modelo experimental que aqui se propõe nunca teve uma implementação real nem se conhecem experiências similares anteriores e, por isso mesmo, deverá merecer uma validação e avaliação prévia sobre a viabilidade e pertinência dos mecanismos apresentados. Afinal, estamos ainda a aplicar “*formas similares às adotadas em relação à informação disponível em suportes ditos tradicionais*”, para valorizar a representação da informação eletrónica disponível e conseguir aproveitar estas num novo ambiente digital. Orienta-nos a vontade de disponibilizar a bússola que decorre da persistência de uma memória coletiva e assim preservar a identidade própria da Justiça.

Se, do ponto de vista teórico, parece ser o que melhor traduz as necessidades de uma pesquisa integrada do património cultural da Justiça temos a consciência das limitações e condicionantes envolvidas. Da experiência obtida pode-se oferecer uma nova alternativa a outras instituições, com exigências semelhantes, e um modelo de governo inovador que poderá ser replicado através de soluções de código aberto.

Combinando a tecnologia com a gestão dos recursos internos, valoriza-se a informação cultural e abre-se a todos o acesso ao conhecimento produzido e transmitido ao longo do tempo, como o “*velho que, sentado debaixo de uma árvore, contava histórias sobre as façanhas de seus ancestrais e o mito fundador da tribo*”.